

**Relato Integrado: Um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no Relatório Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade**

**Integrated Report: A study of adhesion of the conceptual framework proposed by the IIRC on Social and Environmental Report of the Federal Accounting Council**

**Betina França Gomes de Freitas**

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília  
QI 12 Bloco A - Apartamento 108, Guara I – Brasília DF  
CEP: 71010-019  
**E-mail:** betinafgf@gmail.com

**Fátima de Souza Freire**

Pós-doutora pela University of Saint Andrews  
Professora Associado IV da Universidade de Brasília  
Prédio da FACE, s. B1-02, Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte  
CEP: 70910900  
**E-mail:** ffreire@unb.br

**Resumo**

O Relato Integrado (RI) surgiu a partir da necessidade de integração das informações entre os *disclosures* voluntários e os *disclosures* obrigatórios das organizações. Tal documento deve apresentar, de forma concisa e clara, informações do gerenciamento dos recursos financeiros e das ações sociais, assim como a companhia cria valor no curto, médio e longo prazo. O objetivo do trabalho é verificar o quanto há de aderência da estrutura conceitual do RI proposta pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC) no Balanço Socioambiental (BS) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A escolha do Conselho foi feita em decorrência da sua relevância no cenário nacional e internacional contábil, em que representa o órgão máximo da profissão contábil brasileira, sendo visto como modelo para as demais organizações. Foi realizada uma análise de conteúdo nos principais *disclosures* obrigatórios e voluntários da entidade, período de 2005 a 2013, buscando responder a seguinte problemática: quantos dos princípios básicos, elementos de conteúdo e capitais propostos pelo IIRC no RI estão presentes no BS do CFC? Constatou-se que o BS do CFC apresenta uma quantidade significativa de conteúdo do RI, demonstrando aderência à estrutura do documento. No entanto, averiguou-se a necessidade de melhorias relativas aos princípios da conectividade de informações, coerência e comparabilidade e confiabilidade e completude, em que os resultados patrimoniais apurados nas demonstrações financeiras diferem dos apurados na divulgação voluntária. Assim como, existe falta de alinhamento entre o nível de satisfação dos funcionários e as provisões de riscos trabalhistas.

**Palavras chave:** Teoria da Legitimidade; *Disclosure* Socioambiental; Relato Integrado.

*Artigo submetido em fevereiro de 2017 e aceito em março pela editora Fernanda Sauerbronn, após processo de double blind review.*

## **Abstract**

The Integrated Reporting (IR) arose from the need for integration of information between voluntary disclosures and mandatory disclosures of organizations. This document should provide a concise and clear information management of financial resources and social actions, so as the company creates value in the short, medium and long term. The aim of the study is to assess the adhesion of the conceptual framework of RI proposed by the International Integrated Reporting Council (IIRC) in the Social and Environmental Report (SER) of the Federal Accounting Council (CFC). The choice of the CFC was made as a result of its relevance to the accounting national and international scene, in which is the highest organ of the Brazilian accounting profession, being seen as a model for other organizations. A content analysis on the major mandatory disclosures and organization of volunteers was conducted between 2005 and 2013. The aim was to answer the following issues: How many of the basic principles, content elements and capitals proposed by the IIRC in RI are present in the CFC SER? It was found that the BS CFCs pose a significant amount of IR content, demonstrating adherence to the document. However, we check that there is a need in the SER improvements on the principles of connectivity, consistency and comparability and information reliability and completeness, because the results of the exercises recorded in the financial statements differ from those presented on voluntary disclosure. Just as there is a lack of alignment between the level of employee satisfaction and the provision of labor risks.

**Keywords:** Legitimacy Theory; Environmental Disclosure; Integrated Reporting.

## **1 Introdução**

Historicamente, o foco principal das organizações era a maximização dos lucros, divulgando-se informações corporativas apenas de caráter financeiro. Contudo, a partir de uma série de catástrofes provocadas pela falta de comprometimento das empresas com fatores socioambientais, como a tragédia da Baía de Minamata, no Japão, em 1965, surgiu uma visão mais crítica sobre as organizações (ALLEDI FILHO *et al.*, 2012). Dessa forma, o interesse da sociedade foi gradativamente evoluindo, além de produtos e serviços de qualidade, passou-se a exigir das empresas uma maior responsabilidade social corporativa. Um marco dessa nova demanda foi durante o governo Nixon, nos Estados Unidos, em que a população promoveu boicote às empresas que estavam envolvidas com o conflito armado na guerra do Vietnã (ASHLEY *et al.*, 2010; SUCUPIRA, 2001).

Nesse sentido, as empresas aumentaram a divulgação de informações voluntárias, além daquelas obrigatórias, detalhando, legitimando e interagindo com a comunidade sobre fatores sociais e ambientais. Contudo, a oblação de informações não financeiras se não deu apenas em função da preocupação com o desenvolvimento sustentável, mas também por outros fatores. Segundo Nagano *et al* (2013), a adoção de novas formas de conduzir os negócios globalmente e a crescente diversificação das partes interessadas contribuíram para tornar os *disclosures* voluntários essenciais para a análise e avaliação das organizações. Como observado por Guiral (2012), os *stakeholders* estão usando informações de RSC para tomar decisões de alocação de recursos, uma vez que, os possíveis riscos de danos ambientais e um mal gerenciamento do processo de sustentabilidade prejudicam os negócios da empresa e dos acionistas.

Com o surgimento de novos *disclosures*, as empresas passaram a utilizar ações socioambientais como mecanismo de legitimação. Logo, surgiram diversas propostas de *disclosures* socioambientais, normas e certificações no mundo (ABERNATHY *et al*, 2017).

Por exemplo, o balanço social foi instituído em 1975, na França, representando uma grande inovação em termos de divulgação social ao unir em um mesmo relatório informações sobre a relação da empresa com os funcionários. No ano de 1985, tal documento foi instituído também em Portugal. No Brasil, por sua vez, o balanço social começou a ser divulgado a partir de 1997, apresentando dados da empresa não somente dos custos e investimentos com os funcionários, mas também de gastos com a sociedade e meio ambiente. Certificações como a AccountAbility AA 1000, no Reino Unido, e a ISO 26000, na Suécia, também foram marcantes para a evolução dos *disclosures* voluntários, pois apareceram novos mecanismos, via auditorias, sobre o cuidado que a empresa deveria ter com a manipulação e produção dos produtos, pessoas e meio ambiente (FREIRE, SILVA, 2001; LOUETTE, 2008).

Dada a crescente divulgação de *disclosures* voluntários, observou-se a necessidade de padronizar os relatórios de sustentabilidade para obter uma melhor análise e comparabilidade das informações. Consequentemente, em 1997 foi fundado nos Estados Unidos o *Global Reporting Initiative* (GRI), com o intuito de auxiliar as entidades na elaboração dos *disclosures* voluntários, estabelecendo padrões globais para relatórios de sustentabilidade, embora não seja obrigatório.

O GRI trouxe grandes avanços em termos de informações de sustentabilidade, porém, aquelas contidas nos relatórios eram, em sua maioria, divulgadas de maneira numerosa, desconexa e estática. Segundo Lozano e Huisingh (2011), o modelo GRI é uma das melhores estruturas disponíveis de *disclosure* voluntário, mas apresenta falhas ao divulgar diferentes documentos com desconexão espacial e temporal, pois não se divulgam as prospecções ao longo do tempo.

Para mitigar as inconsistências, o Relato Integrado foi criado pelo IIRC (*International Integrated Reporting Council*) por meio de uma coalizão global entre reguladores, investidores, empresas, profissionais do setor contábil e ONGs (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING CONCIL, 2013). Ele visa melhorar a qualidade das informações contidas nos relatórios dando ênfase à conectividade de informações, relevância estratégica, concisão e orientação para o futuro. A estrutura conceitual para o Relato Integrado – *The International IR Framework* - foi divulgada oficialmente pelo IIRC em 2013, apresentando conceitos fundamentais, princípios básicos e elementos de conteúdo a serem observados. Conforme Slewinski, Camacho e Sanches (2015), nas pesquisas multiparadigmáticas a teoria da legitimidade é utilizada como base de estudos relacionados ao Relato Integrado, pois as informações contábeis produzidas pelas empresas são formas de legitimar suas ações, assim como, influenciar a percepção dos seus *stakeholders*.

Em decorrência da notoriedade e relevância, tanto no contexto nacional como internacional, buscou-se realizar um estudo de caso sobre quanto há de aderência dos *disclosures* voluntários do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) à estrutura moderna do Relato Integrado. Desde 2005, a entidade publica o balanço socioambiental, atendendo as expectativas dos usuários por mais informações acerca da responsabilidade social corporativa. Como a organização é considerada o órgão máximo da profissão contábil brasileira, busca-se, por meio do *disclosure* voluntário, abrir precedentes para que as demais entidades, públicas e privadas, adotem o mesmo comportamento. Vale lembrar que o relato integrado é um documento recente no meio empresarial, tendo sido implantado por poucas organizações. Uma das contribuições do presente trabalho está em verificar se o modelo de RSC do CFC, entidade importante para a classe contábil, se reporta as preocupações recentes dos *stakeholders* quanto à integração de informações socioambientais e financeiras. Permite também que novos estudos sejam efetuados por acadêmicos e empresas quanto à necessidade de padronização de um conjunto de *disclosures* possíveis de fornecer credibilidade e integridade dos relatórios aos *stakeholders* (COHEN e SIMNETT, 2015). Conforme

Abernathy (2017), embora a demanda por relatórios de RSC esteja crescendo, há necessidade de averiguar o quanto as informações apresentadas pelas empresas são confiáveis, assim como uma padronização, normatização e formas de medição deva ser efetivada nesses documentos.

Paralelamente, justifica-se uma análise da aderência do Relato Integrado nas empresas brasileiras em função da existência ainda de poucos estudos sobre o tema, tanto no nível nacional quanto no internacional (SLEWINSKI, CAMACHO, SANCHES, 2015).

O objetivo deste trabalho é verificar a existência da aderência do balanço socioambiental do CFC com a estrutura conceitual proposta pelo IIRC, observando principalmente a integração das informações nos relatórios obrigatórios e voluntários no período de 2005 a 2013. Nesse sentido, foi levantada a seguinte problemática: quantos dos princípios básicos, elementos de conteúdo e capitais propostos pelo IIRC no Relato Integrado estão presentes no Balanço Socioambiental do CFC?

As informações constantes nos relatórios, tais como balanços socioambientais, demonstrações contábeis, notas explicativas e relatórios de gestão publicados do período de 2005 a 2013, serviram de base para a análise comparativa com a proposta conceitual do IIRC contidas no Relato Integrado.

O trabalho está dividido em cinco seções. Além da introdução, é apresentado o referencial teórico em que é exposta a teoria da legitimidade e a base conceitual do Relato Integrado. Na terceira seção, é realizada uma explanação sobre o estudo de caso e os aspectos metodológicos. Na quarta seção, são apresentadas as análises dos resultados. Por fim, na quinta seção, é abordada a conclusão e as perspectivas do trabalho.

## **2 Referencial Teórico**

### **2.1 Teoria da legitimidade e o CFC**

A partir do surgimento de movimentos sociais em países como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos, a cobrança da sociedade por informações de cunho social e ambiental das empresas aumentou. Consequentemente, os ativos intangíveis passaram a ser essenciais para a criação de valor pelas organizações, pressionando-as a adotar instrumentos adicionais de divulgação (NAGANO *et al.*, 2013).

As entidades passaram a evidenciar informações socioambientais em conjunto com as demonstrações financeiras para se legitimar perante os seus grupos de interesse (DE LUCA, 1998). Dessa forma, tornou-se essencial para a tomada de decisões a divulgação de informações que demonstrem a responsabilidade e comprometimento das organizações com o meio ambiente e sociedade (DU PLESSIS; RUHMKORF, 2015).

De acordo Czesnat e Machado (2012), as entidades obtêm legitimação da sociedade na medida em que os valores e crenças por elas praticados se alinham aos que a sociedade entende como adequados. As organizações têm uma preocupação especial com os grupos de interesse chamados *stakeholders*. Freeman (1984) os define como o indivíduo ou grupo capaz de afetar ou ser afetado pelas ações realizadas por uma empresa. Clarkson (1995) afirma que o sucesso e longevidade de uma empresa se relacionam com a habilidade dos gestores em criar valor e atender aos interesses dos seus *stakeholders*. Dessa forma, as entidades estão sempre buscando alinhar a sua estratégia e atuação para proporcionar uma maior percepção de valor pelos seus grupos de interesse.

A teoria da legitimidade deriva da ideia de que as organizações procuram estabelecer congruência entre as suas atividades e as expectativas da sociedade, fazendo com que elas se legitimem à medida em que conseguem atender aos padrões de comportamento exigidos no meio em que atuam (DIAS FILHO, 2012). A legitimidade pode ser entendida como uma

avaliação coletiva que os *stakeholders* fazem da organização. Um bom modelo de avaliação do grau de legitimidade da empresa deve levá-los em consideração, uma vez que eles são capazes de afetar significativamente a continuidade da entidade (HIBELYS, 1995).

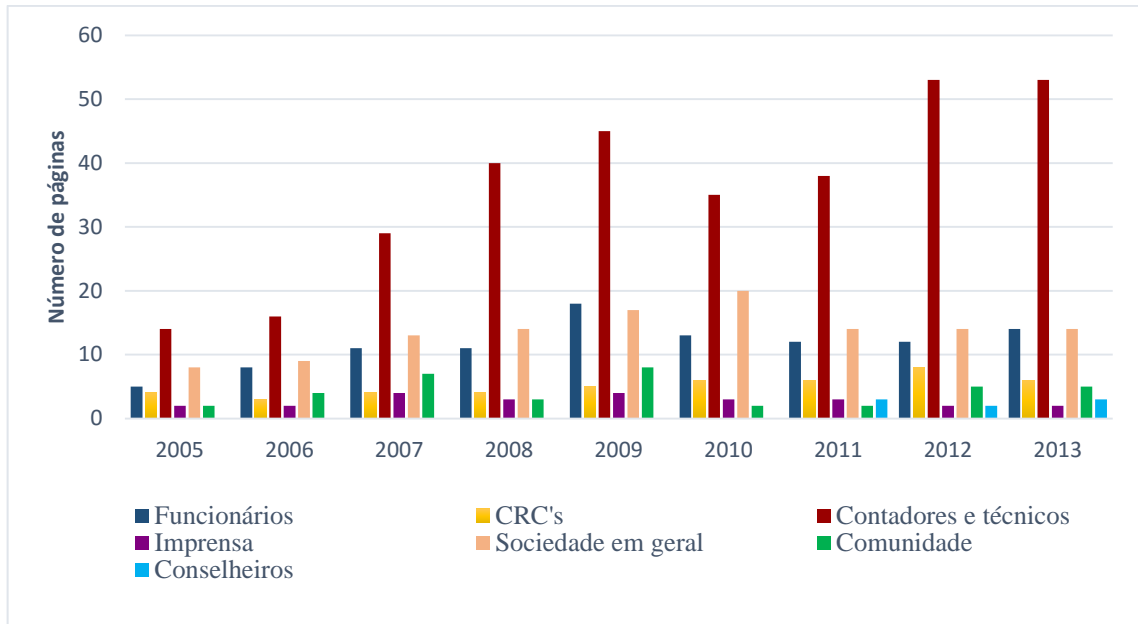
Na teoria da legitimidade existe a ideia de um contrato social estabelecido entre a sociedade e as empresas, no qual a sociedade dá condições para que as entidades existam e em troca esperam que elas atendam às suas expectativas (BRANCO e RODRIGUES, 2006). De acordo com Eugênio (2010), a relação entre legitimidade e o conceito de contrato social é visível, de forma que a sobrevivência das entidades está ameaçada caso a sociedade perceba que o contrato foi quebrado.

As políticas de evidenciação corporativa se tornaram um forte mecanismo de legitimação, com elas as empresas dão uma maior base e exercem influência sobre os seus investidores na tomada de decisão. Dessa forma, as organizações tendem a ampliar seus *disclosures*, indo além das exigências legais (DIAS FILHO, 2012). Segundo Eugênio (2010), uma forma de se legitimar é através da divulgação de dados sociais e ambientais, com a finalidade de informar sobre as ações de proteção ambiental e apoio à sociedade.

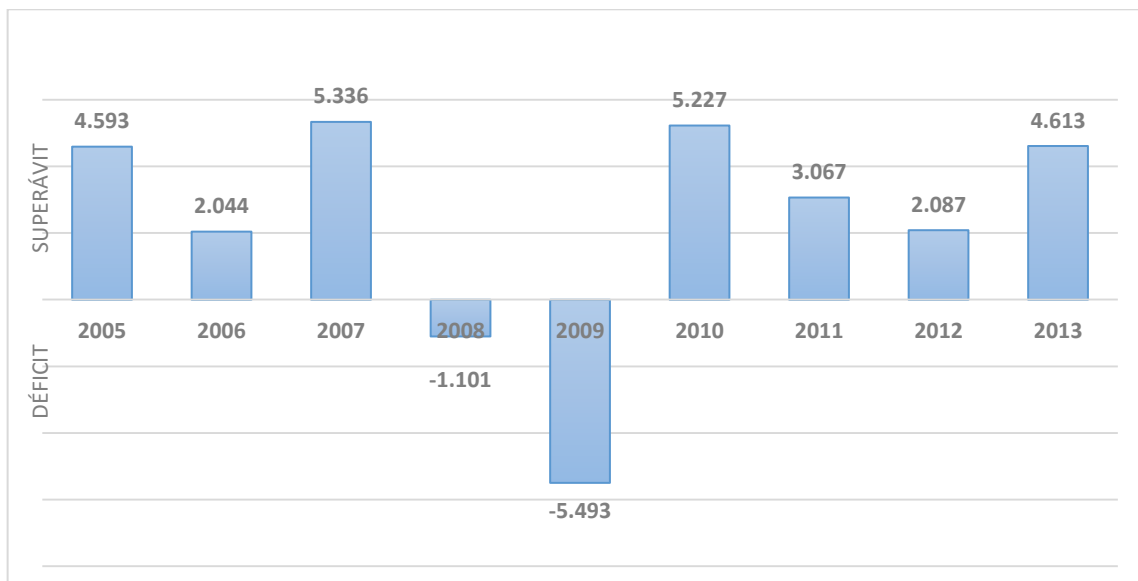
Lindblom (1994) identifica quatro tipos de ações tomadas pelas empresas para obter ou manter a sua legitimidade: i) educar e informar o público acerca das alterações recentes no seu desempenho e/ou atividades; ii) alterar as percepções do público em relação à empresa; iii) manipular as percepções, desviando a atenção de determinado problema para outras questões relatadas; iv) alterar as expectativas do exterior quanto ao seu desempenho.

Atendendo as expectativas de seus *stakeholders*, o CFC passou a evidenciar *disclosures* voluntários como uma forma adicional de legitimação. No ano de 2005, o Conselho divulgou o seu primeiro Balanço Social, um demonstrativo de gestão com o intuito de registrar de forma transparente o seu grau de comprometimento com a sociedade. Em 2007, o Balanço Social sofreu uma reformulação e migrou para o Balanço Socioambiental, aumentando as práticas sociais e implementando as ambientais. A intenção foi enfatizar a continuidade dos projetos de impacto profissional, social e ambiental, assim como promover ações de divulgação, capacitação e treinamento para a adoção do Balanço Socioambiental (BS CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2007).

Por meio da análise dos dados dos Balanços Socioambientais do CFC, no período de 2005 a 2013, apresentam-se, na Figura 1, os principais grupos de *stakeholders* do CFC e quantidade de dados socioambientais destinados para cada. É possível observar que a maior concentração de informações, por meio do número de páginas escritas no relatório de sustentabilidade, foi voltada, primeiro, para os técnicos e contadores, segundo, para a sociedade em geral e, terceiro, para os funcionários. Vale ressaltar que, a técnica de contagem de páginas auxilia na verificação da legitimação das ações socioambientais aos *stakeholders* das organizações. Estudos acadêmicos sobre divulgações voluntárias já utilizaram a técnica de contagem de páginas, tais como os realizados por Gray, Owen e Adms (2010) e por Beck, Campbell, Shrivies (2010), Hackston e Milne (1996). Na Figura 2, são demonstrados os resultados patrimoniais dos exercícios sociais analisados, tendo como base as demonstrações financeiras publicadas nos respectivos períodos.



**Figura 1** - Destinação de informações socioambientais do CFC para os seus *stakeholders*  
**Fonte:** Adaptações dos dados do BS do CFC



**Figura 2** - Resultado do exercício do CFC de 2005 a 2013  
**Fonte:** Adaptação de dados a partir das Demonstrações Contábeis do CFC.

Nos anos de 2008 e 2009, observa-se um grande aumento no número de páginas divulgadas no Balanço Socioambiental para o seu principal grupo de *stakeholder*, apresentando um crescimento acumulado de 50,43% em relação a 2007 (ver Figura 1). Percebe-se que, no mesmo período, o CFC registrou déficit patrimonial de R\$ 1.101.085,84 milhão e de R\$ 5.493.758,69 milhões, respectivamente (ver Figura 2). O déficit se deu em virtude do aumento de investimentos em educação continuada, principalmente os aplicados em cursos e eventos destinados à classe contábil.

Nota-se que, no ano de 2011 houve novamente uma redução no resultado patrimonial do exercício em 58,68 % comparado ao ano anterior (ver Figura 2). Em 2012 houve um discreto aumento no resultado de 1,76 %. Paralelamente, em 2012 ocorreu um aumento na

divulgação de dados no Balanço Socioambiental, com destaque para os destinados aos técnicos e contadores, apresentando um crescimento de 39,47% em relação a 2011.

Observando os dados da Figura 1 em conjunto com a Figura 2, nota-se um aumento na divulgação do *disclosure* voluntário nos períodos em que ocorre redução ou déficit do resultado exercício e nos períodos imediatamente posteriores aos resultados. Tal fato demonstra a existência de uma maior necessidade de legitimação do Conselho perante os *stakeholders* em períodos que são apurados resultados menos satisfatórios nos exercícios. É válido ressaltar que, embora a finalidade do CFC não seja a obtenção do superávit, um resultado positivo é importante para assegurar a manutenção das atividades, garantir a sustentabilidade financeira e fortalecer o patrimônio social (Balanço Socioambiental, 2010).

A análise vai de acordo com as ações identificadas por Lindblom (1994) por meio das quais as organizações obtêm e mantêm a sua legitimidade. O Conselho busca educar e informar o público sobre as alterações recentes no seu desempenho, alterando as percepções dos seus *stakeholders* em relação à entidade e buscando desviar a atenção do baixo desempenho financeiro, focando nas realizações sociais.

Com a crescente implementação das divulgações socioambientais pelas empresas, percebeu-se a necessidade de integração das informações dos *disclosures* voluntários com os obrigatórios, de forma a proporcionar uma redução na assimetria de informações e maior confiabilidade nas evidenciações corporativas. Nesse contexto, em 2013 surgiu o relato integrado como documento capaz de unir todas as informações relevantes de uma organização, de forma concisa e clara, conforme será visto a seguir.

## 2.2 Relato Integrado

De acordo com um estudo divulgado pela Ernst & Young (2014), o processo de evidenciação de *disclosures* voluntários evoluiu acompanhando as expectativas de investidores por mais informações corporativas. Contudo, o processo ainda é falho uma vez que a estratégia, riscos e desempenho futuro ainda são evidenciados de forma incompleta. Segundo a Ernst & Young (2014), as informações financeiras e não financeiras são divulgadas de diferentes maneiras nos relatórios, dificultando a comparabilidade entre as organizações. De acordo com Nagano *et al* (2013), os *disclosures* voluntários, como o relatório de sustentabilidade e os relatórios da administração, deixaram o conjunto de divulgação corporativa extenso e complexo, prejudicando a interpretação correta dos dados da organização.

Buscando sanar tais falhas, o *The Prince's Accounting for Sustainability Project* (A4S), em conjunto com o *Global Reporting Initiative* (GRI), criou em 2010 o IIRC com o intuito de elaborar uma estrutura de relatório capaz de integrar as informações das divulgações corporativas. Em 2013, foi então divulgada a estrutura conceitual do Relato Integrado, com o intuito de explicar aos *stakeholders* e à sociedade como uma organização gera valor ao longo do tempo (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING CONCIL, 2013).

A estrutura do RI não determina indicadores de desempenho, métodos de mensuração e divulgação de assuntos específicos, uma vez que não tem o propósito de ser um novo relatório e sim gerar a integração e alinhamento de informações entre os relatórios já existentes. Carvalho e Kassai (2014) abordam esse ponto ao afirmarem que o RI busca a harmonização das informações com o aprimoramento, convergência dos processos de gestão e comunicação corporativa, não podendo ser visto como uma simples junção dos relatórios. Por não haver um *template* específico de RI, surgiu proposta no meio acadêmico de delineamento da estrutura do RI como modelo a ser utilizado pelas organizações (ver ABEYSEKERA, 2013). A intenção é que o RI se torne o principal mecanismo de divulgação de informações

corporativas, facilitando a análise e interpretação dos dados empresariais ao conectar todos os grupos de informação da empresa (NAGANO *et al.*, 2013).

No documento proposto pelo IIRC (2013), são apresentados os princípios básicos, os elementos de conteúdo e os capitais nos quais devem se basear o RI. Os princípios básicos são: foco estratégico e orientação para o futuro; conectividade de informação; relações com as partes interessadas; materialidade; concisão; confiabilidade e completude; e, coerência e comparabilidade. Os princípios sustentam a base para a preparação do RI, se mostrando fundamentais para guiar o conteúdo do mesmo.

Em relação aos elementos de conteúdo, são apresentados oito elementos que estão vinculados uns aos outros e não são mutuamente excludentes, sendo eles: visão geral organizacional e ambiente externo; governança; modelo de negócios; riscos e oportunidades; estratégia e alocação de recursos; perspectiva; e, base para apresentação (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING CONCIL, 2013).

Dentro da estrutura conceitual também são identificados seis tipos de capitais que devem estar presentes na organização, conforme o Quadro 1.

**Quadro 1** – Capitais presentes na estrutura do RI

<b>Capital</b>	<b>Definição</b>
<b>1. Financeiro</b>	Recursos disponíveis para a organização utilizar nas suas atividades fins.
<b>2. Manufaturado</b>	Os bens e objetos físicos a disposição da organização para uso na produção de bens ou prestação de serviços, tais como prédios e equipamentos.
<b>3. Intelectual</b>	Trata dos intangíveis organizacionais baseados em conhecimento e dos capitais organizacionais.
<b>4. Humano</b>	Diz respeito às competências, habilidades e experiências das pessoas e suas motivações para inovar; incluindo seu apoio e alinhamento à estrutura de governança e valores éticos da empresa.
<b>5. Social e de relacionamento</b>	Abrange os padrões e comportamentos compartilhados, o relacionamento com as principais partes interessadas, a imagem desenvolvida pela organização, bem como o envolvimento com projetos sociais e culturais.
<b>6. Natural</b>	Todos os recursos ambientais renováveis e não renováveis e processos ambientais que fornecem bens ou serviços que apoiam a prosperidade passada, presente ou futura de uma entidade.

**Fonte:** Adaptação de dados a partir da estrutura conceitual proposta pelo IIRC (2013).

A análise dos capitais permite que os gestores levem em consideração não só as informações de caráter financeiro, mas também as relacionadas aos ativos intangíveis que criam valor para a organização (CARVALHO; KASSAI, 2014). Segundo a Ernst & Young (2014), o RI visa rastrear a forma como os capitais são utilizados, de que maneira se relacionam e como são feitas as compensações pela entidade. Por meio da evidenciação da estratégia e do modelo de negócios é possível articular como os capitais serão convertidos em criação de valor para a empresa. É através da evidenciação dos capitais, portanto, que a organização informa como tem sido as interações com o ambiente externo e o relacionamento com os *stakeholders*, podendo gerar externalidades tanto positivas quanto negativas (KIN *et al.*, 2015).

Vale ressaltar que nem todos os capitais têm a mesma aplicabilidade e relevância para as empresas. Dependendo do ramo de atuação, algumas organizações apresentam capitais com interações que não alteram significativamente a criação de valor para serem incluídos no relatório (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING CONCIL, 2013).

Desta forma, é possível constatar que a ideia central do RI gira em torno da criação de valor ao longo do tempo em uma organização. Ele visa explicar os recursos e os relacionamentos com os grupos de interesse afetados por uma entidade (INTERNATIONAL



INTEGRATED REPORTING CONCIL, 2013). Além disso, grandes empresas passaram a fornecer informações financeiras e não financeiras em um único documento, denominados de RI, facilitando a linguagem empresarial para os seus *stakeholders* que necessitam tomar decisões sobre suas práticas gerenciais (GARCIA- SÁNCHEZ, RODRÍGUEZ-ARIZA, FRÍAS-ACEITUNO, 2013).

No Brasil, doze companhias se tornaram pioneiras ao participarem do projeto piloto do IIRC (2014) para implementação do RI. Elas são: BNDES; BRF S.A.; CCR S.A.; CPFL Energia; Fibria Celulose S.A.; Grupo Segurador BB e MAPFRE; Itaú Unibanco; Natura; Petrobrás S.A.; Via Gutenberg; Votorantim.

Já existem evidências de que o uso do RI pelos *stakeholders* está em ascensão em todos os continentes. Um recente estudo das tendências e necessidades dos investidores pela Ernst & Young (2015) averiguou que os investidores estão entusiasmados com os benefícios da implementação do RI, em que 70,9% concordam que os relatos integrados se tornaram essenciais ou importantes para a tomada de decisões.

### **3 Procedimentos Metodológicos**

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, em que foi realizado um estudo de caso sobre a aderência da estrutura conceitual do RI no Balanço Socioambiental do CFC. O estudo de caso se caracteriza como o estudo de uma entidade bem definida, podendo ser uma organização, um sistema de saúde ou uma comunidade (FONSECA, 2002). Busca-se com ele explorar, descrever ou explicar os fenômenos estudados, bem como analisar e comprovar as relações presentes no caso (YIN, 1994; GUBA, LINCOLN, 1994). Além disso, conforme Slewinski, Camacho e Sanches (2015), do total de 22 artigos publicados nas bases indexadoras *Emerald*, *Jstor*, *Science Direct*, *Scopus*, Portal de Periódicos Capes/MEC e Atena, período de 2010 a 2014, apenas um trabalho realiza o estudo de caso, justificando dessa maneira, a realização de pesquisas nesse campo.

A escolha do CFC, como unidade de análise, foi feita em decorrência da sua relevância no cenário nacional e internacional contábil, em que exerce grande influência e é visto como um modelo para as demais organizações. O período analisado foi escolhido em função da primeira divulgação do Balanço Socioambiental ter ocorrido em 2005 e a sua última divulgação antes da submissão do artigo ter ocorrido em 2013.

A aderência da estrutura conceitual do RI no BS do CFC foi analisada sob as perspectivas dos princípios básicos, elementos de conteúdo e estruturas dos capitais propostos pelo IIRC. Utiliza-se como procedimento técnico a análise dos relatórios disponibilizados no sítio da empresa, tais como o Balanço Socioambiental, relatório de gestão e as demonstrações financeiras.

A pesquisa se caracteriza como descritiva, pois almeja descrever os eventos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). Apresenta-se também como documental, buscando-se descrever e comparar fatos através da análise de relatórios e documentos oficiais publicados pelo Conselho. Foi utilizada a análise de conteúdo como técnica de pesquisa, objetivando compreender de forma crítica o sentido das comunicações, o seu conteúdo e os significados explícitos ou ocultos.

Os *disclosures* obrigatórios e voluntários do Conselho foram utilizados como base para averiguar a existência de divergências nos resultados dos exercícios sociais entre as comunicações evidenciadas. Analisaram-se quais aspectos precisam de melhorias para que estejam em conformidade com a estrutura proposta pelo IIRC, vendo como esses fatos impactam a credibilidade dos relatórios.

#### 4 Análise de Resultados

Sob a perspectiva dos princípios básicos, o Conselho aborda a maioria em conformidade com a estrutura conceitual proposta pelo IIRC. Em relação ao foco estratégico e orientação para o futuro, são evidenciados nos relatórios os diversos programas, atividades, ações e metas a serem alcançados, bem como os objetivos e o conjunto de ações específicas desenvolvidas para alcançar os resultados pretendidos.

É possível notar que, nos relatórios divulgados pela organização, busca-se estabelecer uma boa comunicação com os *stakeholders*, atendendo ao princípio das relações com as partes interessadas. O Balanço Socioambiental representa um grande avanço na transparência, prestação de contas e na aproximação com a sociedade.

Em relação à concisão, os *disclosures* estão estruturados de forma sucinta e clara, facilitando a compreensão do seu conteúdo. Sob o enfoque da materialidade, faz-se uma ressalva de que, entre os períodos de 2005 a 2007, o resultado patrimonial apurado no exercício era evidenciado logo nos primeiros capítulos do Balanço Socioambiental, na seção intitulada “Gestão Institucional”. Contudo, a partir do ano de 2008, em que ocorreu um déficit patrimonial, o resultado do exercício passou a ser divulgado somente ao final do relatório, de forma discreta. Em seu lugar, passou a ser evidenciada na primeira parte do BS a evolução do patrimônio social do Conselho ao longo dos anos. Para atender ao princípio da materialidade é necessário que os relatórios corporativos apresentem claramente as informações relevantes, tanto positivas quanto negativas. Nesse caso, percebe-se o possível uso da estratégia citada por Lindblom (1994) para manter a legitimidade, de desviar a atenção de determinado problema na organização para outras questões relatadas.

Em relação aos princípios da conectividade de informação e confiabilidade e completude, é preciso fazer algumas ressalvas. Observam-se algumas inconsistências entre os relatórios divulgados pela organização no período estudado.

Com exceção dos exercícios de 2011 e 2013, o resultado patrimonial do exercício apurado no BS diverge do apresentado nas demonstrações financeiras (DF) e nos relatórios de gestão (RG), conforme demonstrado no Quadro 2.

**Quadro 2** - Resultado patrimonial do CFC apurado nos *disclosures* de 2005 a 2013

Resultado Patrimonial do Exercício – em milhões R\$									
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
BS	4.941	2.155	4.739	(1.706)	(7.238)	5.798	3.067	2.087	4.613
DF	4.593	2.044	5.336	(1.101)	(5.493)	5.227	3.067	3.122	4.613
RG	-	-	-	-	(5.493)	5.227	3.067	3.122	4.613

**Fonte:** Adaptação de dados a partir dos *disclosures* divulgados pelo CFC.

Nota-se que, em 2005, 2006 e 2010 foram evidenciados no BS resultados patrimoniais superiores aos apresentados nas demonstrações financeiras e no relatório de gestão do Conselho. Nos anos de 2007 a 2009 e em 2012 o valor divulgado no BS é inferior ao apresentado nos *disclosures* obrigatórios. É válido destacar que, não foram apresentadas notas explicativas para justificar a desconexão de informações constatadas nos relatórios analisados. Por meio do Portal de Transparência no sítio do CFC, foi questionado o motivo de tais diferenças de valores nos resultados. A resposta dada pelo CFC foi que o resultado apresentado no BS diz respeito ao resultado orçamentário e o presente nos *disclosures* obrigatórios se refere ao resultado patrimonial. Contudo, observou-se que os resultados

orçamentários apurados nos períodos analisados também não são os mesmos apresentados no BS, permanecendo a divergência nos valores divulgados.

Outra divergência é encontrada no ano de 2010, em que o Balanço Socioambiental do período evidencia um déficit patrimonial de R\$ 4.505.977,00 milhões referente ao exercício de 2009, entrando novamente em conflito com as informações divulgadas anteriormente. Da mesma forma, não foi divulgada nota explicativa informando o motivo da diferença de valores.

No que concerne ao princípio da coerência e comparabilidade, as notas explicativas evidenciam a maior parte das mudanças significativas ocorridas, em que são divulgados diversos indicadores financeiros e de gestão, de forma a proporcionar a comparabilidade com outras organizações. Contudo, nota-se a ausência de informações explicando a diferença dos resultados patrimoniais apresentados entre as divulgações voluntárias e obrigatórias, bem como a adoção de novos critérios contábeis que exercem influência sobre o resultado.

O BS e o relatório de gestão referente ao período de 2013 apresentam um grau de satisfação dos funcionários de 70,24% com questões relacionadas à infraestrutura e ações desenvolvidas pelo CFC em prol do corpo funcional. Observa-se, contudo, que o relatório de gestão e as demonstrações financeiras do ano em questão apontam um aumento expressivo na provisão para riscos trabalhistas de cerca de 104,25% em relação a 2012. Dessa forma, os princípios da conectividade de informação, confiabilidade e completude e coerência e comparabilidade ficam comprometidos, uma vez que a informação apresentada na divulgação voluntária vai de encontro às apresentadas nas demonstrações financeiras.

Analisando os *disclosures* divulgados pelo Conselho, sob a ótica dos princípios básicos da conectividade de informação e da confiabilidade e completude, é possível observar uma certa desconexão de informações entre os relatórios no que diz respeito aos resultados patrimoniais, não dando maiores explicações a respeito das divergências de valores apresentadas. No BS é dedicada uma sessão exclusiva para os programas e benefícios destinados aos funcionários. Contudo, não é feita uma conciliação entre o grau de satisfação dos mesmos com a provisão de riscos trabalhistas evidenciada nos *disclosures* obrigatórios.

Em relação aos elementos de conteúdo do Relato Integrado, o CFC aborda a todos os critérios em razão da semelhança com as informações recomendadas pelo GRI para elaboração dos relatórios de sustentabilidade. É possível identificar claramente no BS a visão geral organizacional e ambiente externo através da apresentação dos valores, missão, diretrizes e visão. É apresentado também o mapa estratégico, estrutura de liderança, as principais atividades e as informações quantitativas mais relevantes como o número de funcionários, os resultados e as mudanças significativas que ocorreram ao longo do tempo. Dessa forma, atende aos demais elementos de conteúdo como governança, modelo de negócios, estratégia, alocação de recursos, riscos, perspectivas e base para apresentação.

Sob a ótica da estrutura dos capitais, ao analisar os BS's de 2005 a 2013, foi possível identificar no relatório a evidenciação dos capitais financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento e natural, conforme descrito abaixo.

Analisando o Capital Financeiro, o CFC evidencia os seus recursos disponíveis e o seu desempenho econômico-financeiro nas evidenciações voluntárias analisadas, descrevendo os investimentos realizados e resultados obtidos.

É possível identificar a evidenciação do Capital Manufaturado, mesmo não apresentando a mesma nomenclatura proposta pelo IIRC. A estrutura física é descrita de forma detalhada, apresentando dados sobre a sede do CFC, bem como os investimentos em infraestrutura nos conselhos regionais. Os investimentos em equipamentos, tais como o investimento no parque de informática e a compra de mobília são destacados.

Em relação ao Capital Intelectual, como é uma entidade responsável por normatizar, registrar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, encontra-se presente na estrutura do BS

a descrição dos capitais organizacionais, que são os que dizem respeito ao conhecimento tácito, sistemas, procedimentos e protocolos.

O BS apresenta o Capital Humano de forma destacada. É apresentada na seção “Gestão de Pessoas” informações que abrangem a quantidade do corpo funcional, equidade de gênero, planos de carreira, nível de escolaridade e a movimentação funcional. É dada ênfase aos altos investimentos em educação continuada e treinamento, como os programas voltados para gestão avançada para líderes e o incentivo à capacitação dos colaboradores. Na seção intitulada “Balanço Socioambiental em dados” é apresentada uma pesquisa de satisfação e insatisfação dos funcionários e dos Conselhos Regionais de Contabilidade que avaliam aspectos de espaço e conforto físico, comunicação interna, satisfação funcional, relacionamento e atividades sociais.

Em relação ao Capital Social e de Relacionamento, o CFC exerce influência significativa, possuindo reconhecimento nacional e internacional. Mantém padrões de ética e transparência, divulgando seus resultados no Portal de Transparência do Governo Federal e implementando as práticas de governança corporativa. É evidenciado no Balanço Socioambiental as diversas parcerias estratégicas com mais de 60 instituições nacionais e internacionais. Observa-se nesse contexto, a preocupação com a divulgação de informações voltadas para os *stakeholders* da entidade. É relatado também o apoio a projetos sociais e de inclusão, como o convênio firmado para inclusão social e digital de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Já em relação ao Capital Natural, o *disclosure* voluntário do CFC dedica uma seção intitulada “Gestão Socioambiental” para tratar das metas organizacionais estabelecidas em compromisso com a sociedade, esclarecendo a compatibilidade com a política de desenvolvimento sustentável e preservação dos recursos ambientais.

Apesar de apresentar nomenclaturas diferentes, pode-se observar um alinhamento da estrutura dos capitais recomendada pelo IIRC com as informações evidenciadas no BS do CFC nos períodos analisados. Dessa forma, foi possível identificar como os capitais interagem na organização, mostrando alinhamento com a noção de criação de valor no curto, médio e longo prazo.

## 5 Conclusões e Perspectivas

O presente estudo de caso teve como objetivo observar a aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC para o RI no BS divulgado pelo CFC, no período de 2005 a 2013. Foi explorada principalmente a capacidade de integração das informações entre os *disclosures* voluntários e os obrigatórios da organização.

Em relação à integração de informações entre as divulgações do CFC, foram apuradas necessidades de melhorias em relação aos princípios da materialidade, conectividade de informações, confiabilidade e completude e coerência e comparabilidade propostos na estrutura do RI. As divergências se encontram principalmente nos resultados patrimoniais divulgados, demonstrando uma falta de alinhamento entre os *disclosures* voluntários e os obrigatórios. Paralelamente, observa-se que a partir de 2008, quando começaram a surgir resultados menos satisfatórios, o resultado patrimonial deixou de ser divulgado com destaque no BS. A pesquisa de satisfação dos funcionários realizada pela organização, por sua vez, entrou em contradição com o aumento expressivo da provisão de riscos trabalhistas apurado nas demonstrações financeiras.

Apesar da falta de alinhamento encontrada em alguns aspectos dos relatórios analisados, os Balanços Socioambientais divulgados pelo CFC apresentam uma quantidade significativa do conteúdo recomendado pelo IIRC para a adoção do RI, atendendo aos oito elementos de conteúdo, aos seis capitais organizacionais e a três dos sete princípios básicos

propostos. O Conselho apresenta um histórico eficiente na publicação de relatórios de sustentabilidade, cabendo a ele agora a responsabilidade de aprimorar os princípios básicos da materialidade, confiabilidade e completude, conectividade de informações e da coerência e comparabilidade, buscando integrar os dados da divulgação voluntária com os dos *disclosures* obrigatórios.

Tem-se como limitação da pesquisa a ausência da divulgação pelo CFC dos relatórios de gestão dos períodos de 2005 a 2008. A pesquisa também foi limitada pela não divulgação do BS do CFC referente ao ano de 2014 até a data de submissão do artigo, em que poderia ter sido apresentado um maior nível de aderência em relação a estrutura conceitual proposta pelo IIRC para o RI.

O trabalho apresentou contribuição ao averiguar o comportamento do CFC quanto a forma de divulgação dos relatórios corporativos, analisando a aproximação das informações disponibilizadas no BS com a estrutura moderna do RI. Como perspectiva de continuidade e desdobramento do trabalho, sugere-se aplicar o estudo da aderência da estrutura conceitual do RI nos BS's dos Conselhos Regionais de Contabilidade, de forma a averiguar a qualidade e integridade das informações evidenciadas.

## Referências

ABERNATHY, John *et al.* Literature Review and Research Opportunities on Credibility of Corporate Social Responsibility Reporting. **American Journal of Business**, v. 32, n.1, p. 1-33, 2017.

ABEYSEKERA, Indra. A template for integrated reporting. **Journal of Intellectual Capital**, v. 14, n. 2, p. 227-245, 2013.

ACCOUNTING FOR SUSTAINABILITY (A4S). **A4S reporting guides and examples**. Disponível em: <<http://www.accountingforsustainability.org/connected-reporting/connected-reporting-a-how-to-guide>>. Acesso em: 20 out. 2015.

ALLEDI FILHO, C. et al. Responsabilidade social corporativa em perspectiva histórica. In: MARQUES, V. L.; ALLEDI FILHO, C. (Org.). **Responsabilidade social: conceitos e práticas**. São Paulo: Atlas, 2012.

ASHLEY, P. A., et al. **Responsabilidade social: Série Rede SESI de Educação**. V.13. Brasília: 2010.

BECK, A. C.; CAMPBELL, D.; SHRIVES, P. Content analysis in environmental reporting research: enrichment and rehearsal of the method in a British-German context. **The British Accounting Review**, v. 42, n. 3, p. 207-222, 2010.

BRANCO, M. C.; RODRIGUES, L. L. Communication of corporate social responsibility by Portuguese banks: a legitimacy theory perspective. **Corporate Communications: An International Journal**, v. 11, n. 3, p. 232-248, 2006.

CARVALHO, L.N.; KASSAI, J. R. Relato integrado: a nova revolução contábil. **Revista Fipecafi**, São Paulo, v. 1, p. 21-34, ago. 2014. Disponível em <[http://revista.fipecafi.org/edicoes/Agosto2014/A\\_revolucao\\_Contabil.pdf](http://revista.fipecafi.org/edicoes/Agosto2014/A_revolucao_Contabil.pdf)> Acesso em: 22 fev. 2016

*Relato Integrado: Um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC*

CLARKSON, Max B. E. A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. **The Academy of Management Review**, v. 20, n. 1, p. 92-117, jan. 1995.  
COHEN, J. R.; SIMNETT, R. CSR and assurance services: A research agenda. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 34, n. 1, p. 59-74, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Portal de transparência e acesso à informação**. Disponível em:  
<<http://www3.cfc.org.br/spw/PortalTransparencia/Consulta.aspx>>. Acesso em: 15 out. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Balanco Socioambiental 2007**. Disponível em: <[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2012/12/Balanco\\_socialCFC2007.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2012/12/Balanco_socialCFC2007.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2015.

CZESNAT, O. Aline; MACHADO, N. Denise Del Prá. Legitimação na evidenciação de informações socioambientais entre as empresas de telecomunicações listadas na Bovespa. **Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS**, Rio Grande do Sul, v. 9, n. 3, p. 291-305, jul./set. 2012.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do valor adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

DIAS FILHO, José Maria. A pesquisa qualitativa sob a perspectiva da Teoria da Legitimidade: uma alternativa para explicar e prever políticas de evidenciação contábil. **Revista Interface**, Rio Grande do Norte, v. 9, n. 1, jan./jun. 2012.

DU PLESSIS, J. RUHMKORF, A. New trends regarding sustainability and integrated reporting for companies: what protection do directors have? **CompanyLawyer**, v. 36, n. 2, p. 51-64, 2015

EUGÊNIO, Teresa. Avanços na divulgação de informação social e ambiental pelas empresas e a Teoria da Legitimidade. **Revista Universo Contábil**, Santa Catarina, v. 6, n. 1, p. 102-118, jan./mar. 2010.

ERNST & YOUNG. **Relato Integrado: pensamento, estratégia e valor compartilhado**. Disponível em:  
<[http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Relato\\_Integrado\\_2014/\\$FILE/RelatoIntegrado\\_WEB.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Relato_Integrado_2014/$FILE/RelatoIntegrado_WEB.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2015.

ERNST & YOUNG. **Tomorrow's Investment Rules 2.0: emerging risk and stranded assets have investors looking for more from nonfinancial reporting**, 2015. Disponível em:  
<[http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-tomorrows-investment-rules-2/\\$FILE/EY-tomorrows-investment-rules-2.0.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-tomorrows-investment-rules-2/$FILE/EY-tomorrows-investment-rules-2.0.pdf)> Acesso em: 12 jan. 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREEMAN, R. E. **Strategic management: a stakeholder approach**. Massachusetts: Pitman, 1984.

GARCÍA-SÁNCHEZ, I. M.; RODRÍGUEZ-ARIZA, L.; FRÍAS-ACEITUNO, J.V. The cultural system and integrated reporting. **International Business Review**, v. 22, n. 2, p. 828–838, 2013.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Disponível em: <  
<https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>. >. Acesso em: 15 out. 2015.

GUIRAL, A. Corporate Social Performance, Innovation Intensity, and Financial Performance: Evidence from Lending Decisions. **Behavioral Research in Accounting**. v. 24, n. 2, p 65–85, 2012.

GRAY, R.; OWEN, D.; ADAMS, C. Some theories for social accounting? A review essay and tentative pedagogic categorisation of theorisations around social accounting. **Advances in Environmental Management and Accounting**, vol.4, p. 1-54, 2010.

GUBA, Egon; LINCOLN, Yvonna. Competing paradigms in qualitative research In DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (Ed) (1994) **Handbook of Qualitative Research**, Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, pp. 105-117, 1994.

HACKSTON, D.; MILNE, M. J. Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 9, n. 1, p. 77–108, 1996.

HYBELS, R. C. On Legitimacy, legitimation, and organizations: a critical review and integrative theoretical model. **Academy of Management Proceedings**, v. 1, p. 241-245, 1995.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING CONCIL. **Towards Integrated Reporting: Communicating Value in the 21st Century**. IIRC, 2011.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL. **Consultation Draft of the International <IR> Framework**. 2013. Disponível em:  
<<http://www.theiirc.org/wpcontent/uploads/2013/06/Consultation-Draft-of-the-InternationalIRFramework-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2015.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL. **Pilot Programme Business Network**. 2014. Disponível em:  
<<http://www.theiirc.org/companiesand-investors/pilot-programme-business-network/2-2/>>. Acesso em: 28 out. 2015.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL. Disponível em:  
<<http://www.theiirc.org/international-ir-framework>>. Acesso em: 28 out. 2015.

LINDBLOM, C. The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure. In: *Critical Perspectives on Accounting Conference*, New York, NY, 1994.

KIN, Cláudia; CAMPOS JR., José Júlio F.; KASSAI, José Roberto; CARVALHO, Luis Nelson. Relato Integrado: estudo de caso da AES Brasil. In: IV Csear South America, 2015. Salvador, BA. **Anais...**Salvador, 2015.

LOUETTE, Anne. **Compêndio para a sustentabilidade:** ferramentas de Gestão de Responsabilidade Socioambiental. 1ª ed. São Paulo: Editora WHH, 2008.

LOZANO, R. HUISINGH, D. Inter-linking issues and dimensions in sustainability reporting. **Journal of Cleaner Production**, v.19, p.99-107, 2011.

NAGANO, R. T.; KASSAI, J. R.; KUSSABA, C. T.; CARVALHO, L. N. G. de. A Evolução dos relatórios de sustentabilidade e a necessidade da Obrigatoriedade de sua asseguaração por terceiros. In: II Simpósio Internacional de Gestão de Projetos e I Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade, São Paulo, 2013. **Anais...** II SINGEP e I S2IS, 2013.

SILVA, C. A.T.;FREIRE, F. S. **Balanco social:** teoria e prática. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2001.

SLEWINSKI, E.; CAMACHO, R. R.; SANCHES, S. L. R. Análise bibliométrica e paradigmática da produção científica sobre Relato Integrado nos periódicos internacionais de contabilidade. In: Contabilidade e controladoria no século XXI. 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo: XV Congresso USP Controladoria e Contabilidade, 2015.

SUCUPIRA, João A. Ética nas empresas e balanço social. In: SILVA, C. A. T.; FREIRE, F.S.(org.). **Balanco Social:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001. p. 117-133.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert.**Estudo de caso:** planejamento e método. Tradução de Daniel Grassi. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2001. Versão inglesa de Case study research: design and methods.